

*mentos do Advogado*, de EDUARDO J. COUTURE, no qual glosa com brilho e pertinente critério os altíssimos conceitos, já tão divulgados, do grande e saudoso processualista uruguaio.

Mas este advogado é também membro activo — e destacado — do Instituto Histórico e Geográfico da capital paulista. E tão honroso atributo explica o seu pendor pelas digressões no passado, de que nos tem dado já, numa boa dezena de escritos, tão saborosas e vivas evocações.

Nas páginas deste livrinho afeiçoa, por um processo dir-se-ia de talho-doce, a curiosa figura de Batista Cepelos, que foi advogado, promotor público, oficial de milícias e poeta de larga ressonância nas rodas literárias do tempo.

Da sua actividade como «bacharel em ciências jurídicas e sociais», pouco nos diz o Autor. Igualmente alude de raspão à sua curta, mas parece que intensa, carreira militar. Prefere, isso sim, estudá-lo como bardo inspirado, apadrinhado por Bilac, que fez chegar aos recantos mais remotos do Brasil a espiral desatada do seu estro.

Como disse o Eça, graciosamente, da de Bulhão Pato, também nós pouco provámos, até agora, da sua poesia, aliás abundantíssima. Porém, pelas pequenas amostras que o seu enternecido panegirista nos dá, facilmente adivinhamos um formoso, visceral temperamento de poeta, que repartiu a cornucópia das rimas, equitativamente, pelos olhos das caboclas e pelos episódios que compõem a epopeia dos bandeirantes...

Como quer que seja, surpreende — custa a acreditar — que esta temática, de tão perturbante feitiço para uma época ainda não distante (Cepelos suicidou-se, por coisas de amor, em 1914) nos pareça agora recuada de séculos, anacrónicamente incompreensível para o clima que vivemos e que é, de facto, um forno demasiado quente para semelhante pastelaria.

O livro, edição do Autor, reveste-se dos primores gráficos que melhor se ajustam à intenção votiva do seu texto.

CASTRO, Aníbal de: *A caducidade na doutrina, na lei e na jurisprudência (Caducidade resolutive)* — 1 vol. de 156-8 pp. Lisboa, 1962.

Propôs-se o ilustre Magistrado, com este seu novo trabalho, contornar com maior nitidez uma das figuras jurídicas mais imprecisas — mais controvertidas, portanto — do nosso direito positivo.

Terá conseguido o seu objectivo? Ou a sua tentativa (que de tentativa adverte o autor se tratar) não clarificou ainda suficientemente a matéria em análise?

Não adiantaria grande coisa quem pretendesse cingir uma obra desta envergadura nos dois gumes da alternativa.

É certo que algumas das implicações do problema ficaram subsis-

tindo, como o próprio autor verifica sempre que condensa os seus juízos e experimenta a validade dos mesmos.

Mas não é menos certo que sobre a hermética questão se projectaram novas luzes — algumas de rara incidência — através de uma exposição sempre desenvolvida com brilhante vivacidade e o alarde de uma sólida cultura.

Como quer que seja, há que reconhecer que esta é, na esteira de outras, uma das contribuições mais valiosas, mais logradas, para o esclarecimento de um problema tão complexo e «que tanto aflige (palavras do autor) todos aqueles que da vida do foro fazem profissão».

E é, sobretudo, uma obra que honra sobremaneira a nossa Magistratura, que com ela demonstra possuir nos seus quadros, e nas suas diversas hierarquias, elementos superiormente preparados e capacitados para a sua alta função.

TAVARELA LOBO, Mário: *Destinação do pai de família, serviços e águas*. Pref. do Prof. Doutor F. A. PIRES DE LIMA — 1 vol. de VIII-428 pp., Atlântida, Coimbra, 1964.

De há muito se tornara sensível, na nossa bibliografia jurídica, a falta de um trabalho destes, para mais levado a efeito com a ponderação e os conhecimentos que em todas as suas páginas se projectam.

Vem ele precedido de um prefácio do Prof. Pires de Lima, que muito justamente exalta as qualidades do Autor com o prestígio do seu nome e a sua especial autoridade na matéria em estudo.

Nada haveria a acrescentar, portanto, ao que nele fica exarado por tão idóneo abonador, se não fora a obrigação, que nos assiste, de recomendar vivamente esta obra, que fica sendo para nós, advogados, uma obra de proveitosa consulta, tão exaustiva e competentemente — e por forma tão prática — está nela tratada uma matéria da maior dificuldade e de discussão cada vez mais frequente nos nossos tribunais.

SARAIVA, José H.: *Lições de introdução ao direito* — 1 vol. de 432 pp., Lisboa, 1963.

Estamos em presença de uma obra que, além de cumprir a sua finalidade (isto, num país onde os alunos se perdem em desordenadas buscas de textos de estudo) transcende e ultrapassa os seus limites simplesmente didáticos, para se situar, em muitas das suas páginas, no plano superior de um ensaísmo de grande classe.

Tudo, nestas prelecções só aparentemente adstritas à sua função docente, se desenvolve numa equilibrada sequência de conceitos, em que